# Advogados reclamam de problemas para levantar depósitos judiciais

As regras impostas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para pagamento de guias de levantamento de depósitos judiciais estão sendo criticadas por advogados. Os profissionais afirmam que o modelo adotado gera insegurança jurídica e que as guias demoram a ser expedidas. Os valores são liberados mais de 10 dias úteis depois do pedido, o que geraria desconfiança dos clientes, que pensam que os montantes estão sendo retidos propositalmente por seus representantes.

A conselheira da OAB-SP Rosângela Maria Negrão afirma que o Banco do Brasil não tem repassado aos juízos os valores depositados e que essa informação só tem sido obtida na Justiça. A advogada destaca que o foco do problema é a agência do BB no Fórum de Pinheiros, onde é exigido dos profissionais a cópia da carteira da OAB junto à guia de levantamento. “Se não entregar, eles não recebem a guia.”

Rosângela reclama da imposição porque a carteira da OAB contém todos os dados dos advogados, como RG e CPF. Ela critica também a demora para poder acessar o valor. Antes, segundo a advogada, o montante devido era recebido em até cinco dias úteis, mas, atualmente, esse prazo só estaria sendo respeitado para causas de até R$ 10 mil. Acima dessas somas, as datas estariam indefinidas, diz a conselheira.

Reprodução

Banco do Brasil diz que demora na liberação de valores é resultado da verificação de informações dos interessados no processo.

A advogada afirma que essa demora interfere diretamente na relação com o cliente, que pensa que o dinheiro que é seu por direito está sendo retido indevidamente por seu representante. “O cliente vê que o advogado já sacou a guia e pensa que o valor está sendo retido propositalmente por nós.”


2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Já o conselheiro Ricardo Rui Giuntini, também da OAB-SP, conta que o Banco do Brasil não fornece o comprovante de operação ao advogado, que só consegue o documento no site do BB. “Tal alteração expõe a advocacia a uma temerária situação de insegurança jurídica, ainda que momentânea, inclusive perante nossos constituintes”, diz o advogado em ofício enviado à entidade.

O modo de operação adotado pelo Banco do Brasil consta no parágrafo 6º do artigo 1.105 dos provimentos 50/1989 e 30/2013 do TJ-SP. “O comprovante do depósito, disponibilizado no dia posterior ao pagamento no sítio eletrônico do Banco do Brasil S/A na internet e obtido a partir do número de identificação do depósito, será apresentado pelo depositante para juntada aos autos.”

**Cartório também dificulta**
Além dos dois conselheiros, o advogado Simon Zveiter conta que encontra dificuldades para conseguir as guias nos cartórios. Ele diz que tem um caso no qual a expedição da guia de honorários de sucumbência foi determinada há mais de 30 dias pelo juízo, mas a decisão ainda não foi cumprida.

Ao questionar o motivo da demora, continua o profissional, informaram-lhe que o processo não tem local físico. Depois de explicar o motivo da ausência — o processo é eletrônico —, Zveiter conta que a pessoa que o atendeu disse que não sabia o que estava acontecendo.

Assessoria de Imprensa TJ-SP

Emissão de guias está atrasada em vários cartórios das varas do Fórum João Mendes, em São Paulo.
TJ-SP

Os cartórios do Fórum João Mendes, em São Paulo, são citados pela conselheira Rosângela como foco desses problemas. “Você vai às varas e ouve que os funcionários estão fazendo guias de meses anteriores”, diz a advogada, complementando que foi ao fórum em julho e ouviu dos servidores que estavam sendo emitidas as guias referentes a outubro de 2015.

Rosângela afirma ainda que, para conseguir uma guia no Fórum João Mendes, leva de oito a nove meses. Seu colega de conselho seccional, Ricardo Giuntini diz que também encontrou dificuldades em relação às guias nos cartórios. “Os cartórios têm demorado para emitir as guias, e, também, para emitir os relatórios de guias emitidas ao Banco do Brasil, sem os quais as guias não são pagas pelo Banco.”


2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Questionado pela **ConJur**, o TJ-SP não respondeu as questões enviadas até a publicação desta notícia.

Já o BB afirmou que os tribunais têm acesso direto às contas judiciais por meio do autoatendimento do setor público no site do banco. "Quando as varas de Justiça optam por solicitar a informação via ofício, também é atendido pelo banco, naturalmente em prazo maior pelo trânsito de documentos e consultas manuais", complementou a Assessoria de Imprensa da instituição financeira.

Ainda sobre a questão temporal, o Banco do Brasil afirmou que a demora na liberação dos valores é resultado da verificação de informações junto à Justiça. "Isso demanda que haja um prazo mínimo necessário ao pagamento seguro, visto que o beneficiário já passou pelo período do julgamento judicial e não pode correr o risco de ter seu direito levantado indevidamente."

O banco destaca ainda que esse processo é aprimorado constantemente e informou que já há um sistema que interliga o BB ao Tribunal de Justiça, acelerando a comunicação. "No Rio de Janeiro, por exemplo, essa já é uma realidade que agiliza muito o levantamento de alvarás. Em São Paulo, esse processo já está em fase de implementação e a expectativa é que, ainda neste ano, os resgates já ocorram de forma automatizada para os processos em que os juízes assim encaminharem os alvarás de levantamento."

Sobre a obrigatoriedade de apresentar a carteira da Ordem junto à guia, o banco alega que essa é mais uma medida para garantir a segurança de todos os interessados na operação e ressalta que qualquer documento pode ser apresentado. "Para o levantamento de alvarás judiciais, é preciso que seja o advogado designado pelo beneficiário ou o próprio. Diante disso, é necessária a identificação do solicitante para acesso às informações do depósito ou levantamento dos recursos, o que pode ser feito com a carteira da OAB ou qualquer documento de identificação legalmente aceito."

Já em relação à questão do não fornecimento de comprovante do levantamento da guia, a instituição financeira alega que o documento pode ser obtido nas agências ou digitalmente. Disse ainda que os correntistas do BB acessam a comprovação da operação diretamente de sua conta corrente. "Os comprovantes de resgate são disponibilizados diretamente na página do BB para todos os beneficiários. Para acesso às informações, as partes do processo impostam os dados da conta judicial e CPF ou CNPJ."

**Não é a primeira vez**
Em 2012, o BB também foi alvo de críticas dos advogados por problemas relacionados a entrega de valores depositados em suas contas. A Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) enviou ofício ao TJ-SP e à instituição financeira cobrando soluções. À época, as principais reclamações tratavam das demoradas filas de atendimento, da falta de funcionários e de estrutura nas agências, além da demora na compensação do crédito.

A Aasp disse à época que os advogados reclamaram de que, depois de protocolados os alvarás de levantamento, o Banco do Brasil, “que, infelizmente, detém o monopólio dos depósitos judiciais perante a Justiça estadual de São Paulo”, prolongava por vários dias a data da efetiva entrega dos valores devidos, sem compensação pelo atraso.

**Date Created**
08/08/2016


2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.